

noventa centavos), para cada um durante o período de 13 a 18 de junho de 2010. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2010.

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 965/2010

O DESEMBARGADOR ERNANI BARREIRA PORTO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, fazendo uso de suas atribuições legais, especialmente das disposições do art. 53, incisos I, IV, XXVIII e XXX, da Lei nº 12.342, de 28/12/1994; do art. 5º, incisos II, IV e XI, da Lei nº 12.483, de 03/08/1995, bem como do art. 132, inciso IV, da Lei nº 9.826, de 14/05/1974,

CONSIDERANDO a necessidade de a Escola Superior da Magistratura ESMEC de promover procedimentos licitatórios atinentes à construção do Centro Cultural do Poder Judiciário Memorial Clóvis Beviláqua;

CONSIDERANDO que a Escola Superior da Magistratura ESMEC não possui Comissão Permanente de Licitação instituída;

CONSIDERANDO, ainda, o nível de responsabilidade, o grau de conhecimento e a experiência exigidos para o bom desempenho das atribuições da Comissão referida;

RESOLVE:

Art. 1º Designar para integrarem a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO da Escola Superior da Magistratura ESMEC, sem prejuízo de suas funções, com o objetivo de realizar os procedimentos licitatórios atinentes à construção do Centro Cultural do Poder Judiciário Memorial Clóvis Beviláqua, os servidores Georgeanne Lima Gomes Botelho, Analista Judiciário, matrícula nº 1085, como Presidente; Francisca Maria Machado Nogueira, Diretora do Departamento Financeiro, matrícula nº 91879, como Vice-Presidente; Dina Maria Ferreira Ter Reegen Rodrigues, Administradora, matrícula nº 1333, Francisca Eveline Macedo Arrais, Diretora da Divisão de Tesouraria, matrícula nº 201567, Terezinha Torres de Souza Teles, Técnico Judiciário, matrícula nº 98654 e Adilton da Cruz Rolim, Técnico Judiciário, matrícula nº 18631, como membros; e Pedro Alves de Oliveira Filho, Técnico Judiciário, matrícula nº 4131, como Secretário.

Art. 2º A vigência desta Portaria se iniciará a partir da data da sua publicação e se estenderá até 31 de janeiro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em 06 de julho de 2010.

DES. ERNANI BARREIRA PORTO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº. 962/2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a implantação do projeto de Virtualização que contempla a adoção do processo judicial eletrônico, atualmente em fase inicial de desenvolvimento junto às Varas de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza;

CONSIDERANDO a extrema relevância dos efeitos da implementação do processo eletrônico na prestação jurisdicional, como ferramenta que propicia uma infinidade de benefícios à sociedade ao garantir maior amplitude e menos obstáculos no acesso à Justiça, combatendo, ademais, a morosidade do Judiciário, e buscando atender ao princípio constitucional da duração razoável do processo,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender os prazos processuais dos processos que tramitam nas 2ª, 3ª e 4ª Varas de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza, no período compreendido entre os dias 07 e 23 de julho do corrente ano, ficando igualmente suspensas as publicações de sentenças e decisões pertinentes a estas Unidades Judiciárias, bem como as intimações de partes e/ou advogados.

Parágrafo Único – Igualmente estará suspenso, no período indicado no caput deste artigo, o atendimento prestado nestas Unidades Judiciárias às partes, advogados e ao público em geral.

Art. 2º - A suspensão de que trata o artigo anterior não obsta a prática de ato processual de natureza urgente e necessário à preservação de direitos.

Parágrafo Único – Para os fins previstos nesta Portaria, são considerados atos processuais de natureza urgente aqueles relacionados ao exame das matérias indicadas no art. 1º da Resolução nº. 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Art. 3º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.